

Entre a cidade planeada e a cidade vivida: mobilidade feminina e Morfologia Urbana em Luanda

Ana Cristina Inglês 

Laboratório Urbano de Angola, Luanda, Angola.
E-mail: lura.geral@gmail.com

<https://doi.org/10.47235/rmu.v14i1.529>

Introdução

A Morfologia Urbana de hoje, mesmo seguindo as tradições de Conzen, Muratori e Hillier, enfrenta o desafio de compreender territórios em que a forma física e a prática social estão sempre em tensão (Conzen, 1960; Muratori, 1959 e Hillier & Hanson, 1984). Em cidades do Sul Global como Luanda, analisar a forma urbana vai além do lote ou das ruas; é preciso compreender as “infraestruturas relacionais” que sustentam a vida na cidade (Simone, 2004).

Este artigo propõe uma leitura da morfologia de Luanda a partir da mobilidade quotidiana das zungueiras e das quitandeiras. Argumenta-se que a mobilidade feminina informal revela uma tensão estrutural entre a cidade planeada e a cidade vivida, oferecendo uma morfologia da sobrevivência que desafia as centralidades formais. É a partir desta tensão — entre a cidade planeada e a cidade vivida — que este texto contribui para o debate morfológico lusófono.

Contexto teórico: da forma à prática

Enquanto Conzen nos ensinou a ler a persistência do tecido urbano através dos seus ciclos de utilização do solo (Conzen, 1960), e Hillier demonstrou como a configuração espacial dita o “movimento natural” (Hillier & Hanson, 1984), a realidade de Luanda impõe uma camada adicional: a persistência da informalidade como sistema morfológico paralelo (Roy, 2005 e Hansen & Vaa 2004).

A morfologia aqui não é apenas um organismo (Muratori, 1959), mas um campo de batalha em que o corpo feminino atua como principal suporte da economia urbana (Faria, 2014). Como propõe a crítica contemporânea, a forma urbana produz acessos, mas também exclusões deliberadas (Miraftab, 2009).

Metodologia: o cruzamento do dado e do corpo

Este estudo adota uma abordagem mista, combinando a análise da configuração espacial com a etnografia móvel e um inquérito a 245 vendedoras informais, realizado ao longo de três dias em abril de 2026. A pesquisa foi conduzida nos principais nós comerciais de Luanda: Mercado dos Congolenses, Mercado de São Paulo (quitandeiras) e ruas do centro histórico e do CBD (zungueiras).

A investigação foi coordenada pelo LURA (Laboratório Urbano de Angola) em parceria com o IGCA (Instituto Geográfico e Cadastral de Angola) e o IPGUL (Instituto de Planejamento e Gestão Urbana da Província de Luanda), envolvendo uma equipa multidisciplinar de estudantes de arquitetura e engenharia geográfica, e técnicos da administração municipal. A ética da pesquisa incluiu compensação simbólica e subsídios diários.

Esta metodologia permite uma leitura multiescalar: do corpo que carrega a mercadoria (60,2% das inquiridas) à escala macro da cidade, onde os eixos de maior integração sintática se revelam como barreiras físicas e sociais (Porter, 2011).

A cidade planeada: integração e exclusão

A análise da configuração espacial de Luanda mostra que os eixos de alta integração favorecem o tráfego motorizado e dificultam o fluxo de pedestres. A morfologia formal da cidade, marcada por grandes infraestruturas e centralidades administrativas, ainda não criou espaços para o cuidado nem para a economia de rua.

O inquérito mostra o custo dessa falta: 74,7% das vendedoras dependem do candongueiro, um sistema informal que preenche a ausência do planejamento estatal (Cervero, 2000), mas

consome até 50% da renda diária de quase metade das participantes (47,3%). Para essas mulheres, a cidade planejada é cara e de difícil acesso.

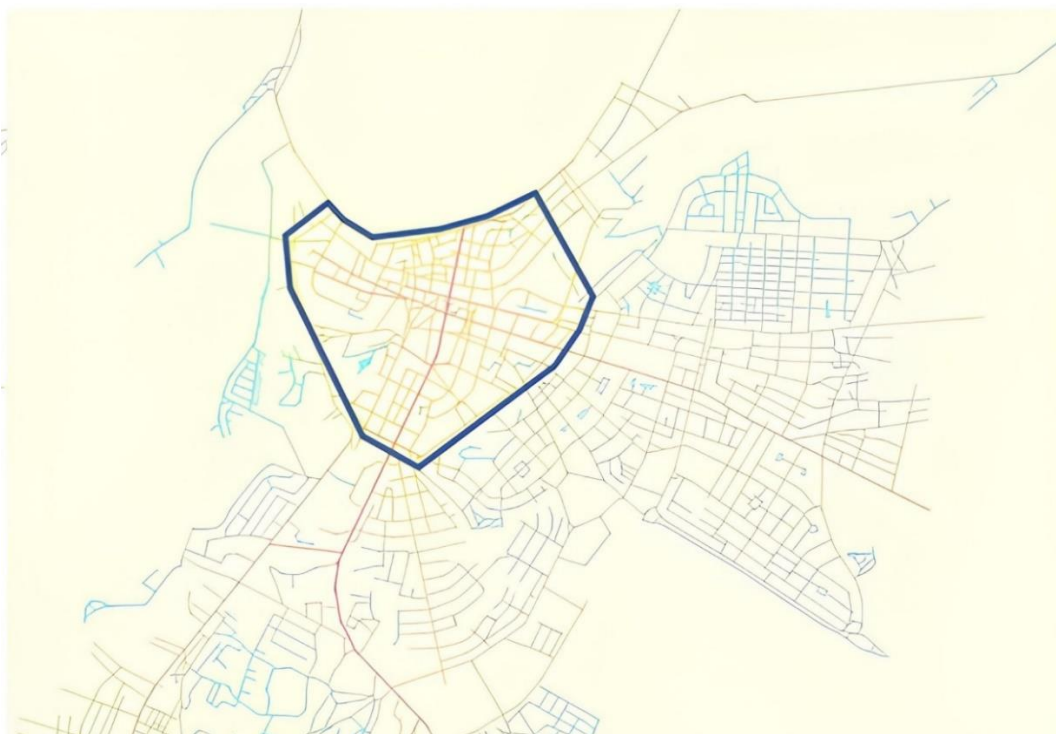


Figura 1. Integração sintática do centro de Luanda - Mapa axial da rede viária formal, evidenciando os eixos de maior integração (em vermelho e amarelo). Estes corredores estruturam o movimento motorizado e concentram a acessibilidade urbana, revelando uma morfologia que privilegia fluxos rápidos e longas distâncias, em detrimento da mobilidade pedonal e das práticas quotidianas das vendedoras informais (fonte: Inglês (2021), análise da autora)

Resultados etnográficos: a cidade vivida e a morfologia do género

Enquanto a análise sintática mostra uma cidade dominada por fluxos motorizados, a etnografia e os dados do inquérito revelam uma “cidade vivida”, com ritmos e escalas muito diferentes em que o género define quem controla a tecnologia e quem realiza o esforço físico (Faria, 2014 e Porter, 2014).

Tal como observado em outros contextos do Sul Global (Mahadevia & Advani, 2020), a mobilidade feminina em Luanda é profundamente condicionada por fatores de segurança, horários e responsabilidades de cuidado. A rotina dessas mulheres começa antes das 5 horas da manhã, circulando por uma cidade ainda escura e sem segurança institucional. Surge uma divisão clara no capital de mobilidade: homens ocupam posições de “propriedade e movimento”, enquanto as mulheres tornam-se “corpo-infraestrutura”, transportando mercadorias

manualmente (Skinner, 2008).

A ausência de elementos no desenho urbano — sombras, bancos, sanitários — não afeta ambos os géneros da mesma forma. A “cidade vivida” das mulheres é uma de improvisação e vigilância. A madrugada é o período de maior vulnerabilidade (59,1%), com riscos de roubo (42,3%) e tensão institucional.

Onde o planeamento falha, surgem “infraestruturas sociais invisíveis”, fortemente femininas. A sobrevivência económica depende de redes de solidariedade: 82,1% das mães contam com apoio familiar e de vizinhança (Hansen & Vaa, 2004).

Com 40,8% das participantes a exercerem a atividade há mais de uma década, torna-se evidente que esta morfologia da sobrevivência não é transitória. Estas mulheres criam microcentralidades informais nas brechas da morfologia formal (Bromley, 2000 e UN-Habitat, 2014).



Figura 2. Nó de transição no sistema de transporte informal: a concentração de passageiros e veículos em espaços desprovidos de mobiliário urbano ou abrigo, evidenciando a lacuna entre a integração configuracional e a qualidade (fonte: elaborada pela autora, maio, 2025)

Articulação: quando configuração e prática entram em conflito

A articulação entre a configuração espacial de Luanda e as práticas das vendedoras revela um conflito morfológico profundo: os eixos que garantem “integração” sintática são os mesmos que segregam o corpo feminino em termos de segurança e bem-estar.

Os custos de transporte — decorrentes de uma morfologia dispersa e de um sistema público ausente — podem consumir até 50% do rendimento diário, criando uma armadilha de pobreza espacial (Jenkins e Robson & Cain, 2002).

A precariedade enfrentada pelas vendedoras não é incidental: é estrutural. Quando a morfologia tradicional ignora o corpo feminino como escala de análise, cegam-se às dinâmicas que definem a vitalidade da cidade

(Ferreira, 2012). Neste sentido, é crucial entender que no contexto das cidades africanas, a informalidade que sustenta a economia urbana feminina é parte de um sistema político e económico amplo que estrutura o trabalho e a sobrevivência nestes territórios (Meagher, 2022).

Conclusão: para uma Morfologia Urbana situada

A análise da mobilidade feminina informal em Luanda mostra que a forma urbana não pode ser compreendida apenas pela sua configuração física ou histórica. Ao colocar as “coreografias de género” no centro do debate morfológico, este artigo reforça a necessidade de uma Morfologia Urbana situada, que integre informalidade, cuidado e práticas quotidianas (Mbembe, 2001; Simone, 2004 e Kern, 2020).



Figura 3. A escala do corpo na Morfologia Urbana: vendedora ambulante percorrendo o centro formal de Luanda. O contraste entre a arquitetura histórica e a prática da zunga ilustra a tensão entre a cidade planeada e a inteligência urbana feminina que sustenta a circulação de bens e serviços (fonte: autora, maio, 2025)

O espaço público, como espelho da cidade, mostra tanto as desigualdades enfrentadas pelas vendedoras quanto a força das suas redes sociais. Ignorar estas dinâmicas é ignorar a vitalidade da cidade contemporânea no Sul Global (Miraftab, 2009). O reconhecimento destas coreografias de género exige, para além da escuta ativa e da inclusão das comunidades nos processos de intervenção urbana, repensar o planeamento para integrar o cuidado, a mobilidade pedonal e a economia informal como dimensões estruturantes da forma urbana. Este trabalho procurou demonstrar que a forma urbana não se lê apenas nos mapas — lê-se, sobretudo, nos corpos que a percorrem e nas tensões que o espaço público permite e insiste em espelhar.

Agradecimentos

A autora agradece às participantes do estudo, às equipas do Laboratório Urbano de Angola - LURA, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola – IGCA, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda – IPGUL, e aos estudantes envolvidos no trabalho de campo.

A autora utilizou ferramentas de apoio à escrita baseadas em IA exclusivamente para revisão linguística, melhoria de clareza e organização textual, mantendo integralmente a responsabilidade pela análise, interpretação e conteúdo científico.

Referências

Bromley, R. (2000) “Street vending and public policy: a global review”, *International Journal of Sociology and Social Policy*, 20(1/2), 1–28.

Cain, A. (2014) “African urbanization: the role of urban informal settlements in housing Africa's urban poor”, *Environment and Urbanization*, 26(2), 1–12.

Conzen, M. R. G. (1960) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers (George Philip, London).

Faria, C. (2014) “Gendered mobilities and the politics of care in African cities”, *Gender, Place & Culture*, 21(10), 1230–1247.

Ferreira, M. L. (2012) *A cidade informal em Angola: os musseques de Luanda* (Edições Mulemba, Luanda, Angola).

Hansen, K. T., & Vaa, M. (eds.) (2004) *Reconsidering informality: perspectives from urban Africa* (Nordic Africa Institute, Uppsalla, Suécia).

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The social logic of space* (Cambridge University Press, Cambridge, Inglaterra).

Jenkins, P., Robson, P., & Cain, A. (2002) *Luanda: urban poverty and housing development*. (Centre for Environment and Human Settlements, Edimburgo, Escócia).

Kern, L. (2020) *Feminist city: claiming space in a man-made world*. Verso, London, Inglaterra.

Laboratório Urbano de Angola / Angolan Urban Laboratory (LURA) (2026). *Inquérito sobre Mobilidade e Trabalho das Mulheres em Luanda 2026*. DataFirst, Cape Town, África do Sul. <https://doi.org/10.25828/7KSN-R680>

Mahadevia, D., & Advani, D. (2020) *Gendered mobilities in urban India: a critical review*. *Transport Policy*, 99, 1–12.

Mbembe, A. (2001) *On the postcolony* (University of California Press, Berkeley, EUA).

Meagher, K. (2022) *The politics of informal work in Africa* (Cambridge University Press, Cambridge, Inglaterra).

Miraftab, F. (2009) “Insurgent planning: situating radical planning in the global South”. *Planning Theory*, 8(1), 32–50.

Muratori, S. (1959) *Studi per una operante storia urbana di Venezia* (Istituto Poligrafico dello Stato, Roma).

Porter, G. (2011) “Mobility, transport and the African urban experience: a gendered perspective”, *Journal of Transport Geography*, 19(6), 1600–1606.

Porter, G. (2014) “Transport services and their impact on poverty and gender in Africa”, *Transport Reviews*, 34(1), 1–17.

Roy, A. (2005) “Urban informality: toward an epistemology of planning”, *Journal of the American Planning Association*, 71(2), 147–158.

Simone, A. (2004) *For the city yet to come: changing african life in four cities* (Duke University Press, Durham, EUA).

Skinner, C. (2008) *Street trade in Africa: a review* (WIEGO Working Paper, Manchester, Reino Unido).

UN-Habitat (2014) *Streets as public spaces and drivers of urban prosperity* (UN-Habitat). <https://unhabitat.org/streets-as-public-spaces-and-drivers-of-urban-prosperity>

*Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.*

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

